

Colega,

Com a tua força e com a FENPROF do teu lado será possível construir um futuro melhor, desde logo assente no respeito que a todos é devido. Tu és importante na luta para um futuro melhor. A tua intervenção é indispensável.

Portugal, 2 de setembro de 2013

O Secretariado Nacional da FENPROF

FENPROF

R. Fialho de Almeida, nº3
1070-128 LISBOA
telef.: 21 381 91 90
fax: 21 381 91 98
e-mail: fenprof@fenprof.pt

SPN

R. D.Manuel II, 5l C 3º(Ed. Cristal Park)
4050-345 Porto
Telef.: 22 60 70 500
Fax: 22 60 70 595
e-mail: geral@spn.pt

SPRC

R. Lourenço Almeida de Azevedo, 21
3000-250 Coimbra
ou Ap. 1020, 3001-552 Coimbra
Tel.: 239 851 660
Fax: 239 851 666
e-mail: sprc@sprc.pt

SPGL

Rua Fialho de Almeida, 3
1070 - 128 Lisboa
Telef.: 21 381 91 00
Fax: 21 381 91 99
e-Mail: spgl@spgl.pt

SPZS

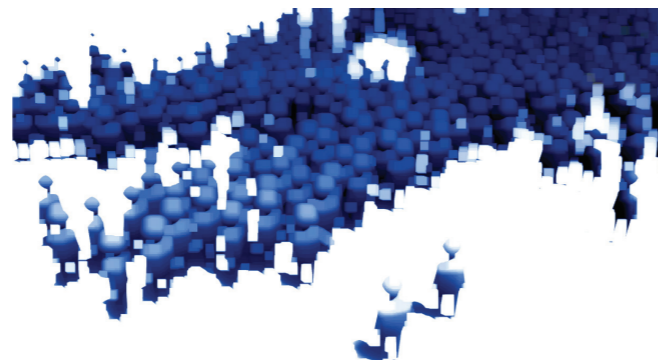
Av. Condes de Vilalva, 257
700-744 Évora
Telef.: 266 758 270
Fax. 266 758 274
geral@spzs.pt

SPRA

Canada Nova, 21
9700 - Angra do Heroísmo
Telef.: 295 215 471
Fax: 295 212 607
e-mail: spra.terceira@mail.telepac.pt

SPM

Calçada da Cabouqueira, 22
9000-171 Funchal
Telef.: 291 206 360
Fax: 291 206 369
e-mail: spm@spm-ram.org



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA A GRANDE AGÊNCIA GOVERNAMENTAL PARA CRIAR DESEMPREGO

CONTINUAR A DIZER QUE HÁ PROFESSORES A MAIS É INSISTIR NA MENTIRA!

- Contrariamente ao que tem sido repetido pelos governantes, não há professores a mais nas escolas.
- Ainda que as estatísticas apontem para um decréscimo que, no máximo, entre 2011 e 2013 terá atingido os 20.000 alunos, teríamos uma redução de cerca de 1.000 horários de trabalho.
- Mesmo assim, só se as turmas tivesse um um número moderado de 20 alunos, o que não sucede.

A luta pelo emprego e pelos direitos dos professores contratados tem de prosseguir!

AOS PROFESSORES E EDUCADORES DESEMPREGADOS

Colega,

Se não ficarmos de braços cruzados perante os problemas mas, ao invés, lutarmos será possível construir um futuro melhor. Podem os/as Professores/as e Educadores/as hoje desempregados/as – vítimas de políticas propositadamente desenvolvidas para provocarem desemprego e criarem grandes dificuldades às escolas públicas –, contar com o apoio e o empenhamento da FENPROF. É indispensável ter a consciência de que a força da luta depende do envolvimento dos/as nela diretamente interessados: depende do teu envolvimento. O combate contra o governo e as políticas que te remetem para o desemprego não se faz por delegação mas com a tua participação ativa. A vida ensina que o futuro é dos que lutam e constroem alternativas com a sua resistência.

CONTINUAR A DIZER QUE HÁ PROFESSORES A MAIS É INSISTIR NA MENTIRA!

Contrariamente ao que tem sido repetido pelos governantes, não há professores a mais nas escolas. Ainda que as estatísticas apontem para um decréscimo que, no máximo, entre 2011 e 2013 terá atingido os 20.000 alunos, teríamos uma redução de cerca de 1.000 horários de trabalho. Mesmo assim, só se as turmas tivessem um número moderado de 20 alunos, o que não sucede. Mas a realidade mostra algo de muito diferente, resultante das políticas que urge derrotar:

- **Entre janeiro de 2011 e junho de 2013 aposentaram-se cerca de 9.000 docentes;**
- **No ano letivo 2010/2011 as escolas tinham 36.000 professores contratados. No que terminou já só eram cerca de 15.000. Prevê-se que em 2013/2014 o número se torne absolutamente residual como consequência da insistência do governo em retirar professores às escolas;**
- **No início de agosto as escolas/agrupamentos declararam cerca de 7.000 professores dos seus quadros como “horários-zero”; a estes acrescem mais 11.400 professores dos quadros de zona pedagógica que se encontram sem afetação a qualquer escola... São também resultados das políticas do governo para a Educação;**

Não são necessárias muitas contas para concluir que não foi a redução de cerca de 20.000 alunos que fez desaparecer mais de 40.000 horários de trabalho. Foram mesmo Passos Coelho, Paulo Portas, Nuno Crato e, no seu conjunto, o governo que, com a sua política, as medidas que a concretizam e os compromissos que assumiram junto da troika, estão a provocar mais esta catástrofe.

E a manter-se o governo em funções, Passos Coelho quer cortar 756 Milhões de euros na Educação até 2015, dos quais, 325 Milhões ainda até final deste ano. Todos estes cortes assentam, essencialmente, no despedimento de professores, a começar, desde logo, pelos que têm estado contratados a termo e, portanto, mais fáceis de retirar às escolas.

Este é um terrível ataque desferido pelo governo contra os professores, a Escola Pública e a Educação. Enquadra-se numa ofensiva muito mais lata que pretende dismantlar o Estado social e que está fragilizar a democracia que os portugueses construíram e consolidaram. Não podemos deixar que aconteça. O anunciado corte de 4.700 Milhões de euros que o governo quer fazer na chamada despesa do Estado, a ter lugar, agravará ainda mais os problemas. O desemprego é um dos principais.

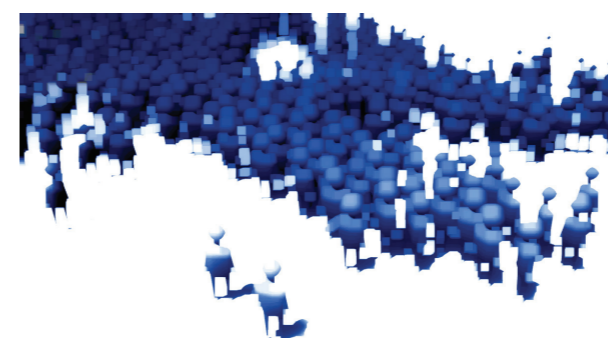
Para o MEC de Nuno Crato não há leis a respeitar. Já sabíamos isso pela recusa em pagar a compensação por caducidade. Agora, apesar dos professores estarem obrigados a concorrer à chamada “contratação inicial”, já fez saber que se quer desobrigar de colocar qualquer professor nessa fase do concurso. A intenção percebe-se: não pagar aos professores desde o primeiro dia de setembro e poder cessar a contratação na primeira oportunidade. Um governo que se comporta desta maneira tem de ser contestado e “corrido” de uma vez por todas! E tu, Colega, tens o teu lugar, um lugar nesta luta que ninguém poderá preencher por ti.

O QUE TEMOS DE FAZER?

Em primeiro lugar, compreender que não estamos perante qualquer inevitabilidade. O governo tem é uma (má) opção que está a conseguir concretizar: alterar profundamente a matriz democrática do nosso país, acabar com as funções sociais que são responsabilidade do Estado e estabelecer novas regras nas relações laborais com tremendo prejuízo para quem trabalha.

A “crise” que atravessamos tem sido usada com o intuito de gerar lucros imensos para alguns. É disso exemplo a Alemanha, cujo setor financeiro já ganhou, à conta da desgraça alheia, 41.000 Milhões de euros. Está à vista que, enquanto formos governados por quem não olha a meios para servir interesses que nos são alheios, os problemas se agravam cada vez mais. Alegados sinais positivos de que o governo faz enganosa propaganda resultam, apenas, de manipulação feita para enganar incautos e criar falsas expectativas que, no entanto, se frustrarão. **A manterem-se as atuais políticas, o desemprego continuará a aumentar, com a incidência destacada que tem tido na profissão docente. Muitos portugueses continuarão a ser obrigados a abandonar o país. Os jovens continuarão com as suas vidas imperdoavelmente adiadas. A miséria vai alastrar a níveis ainda imprevisíveis.**

Temos de lutar para acabar com esta situação, revertendo-a positivamente. Todos somos necessários e cada um de nós é imprescindível! Ninguém pode esperar que as coisas mudem se não der o seu contributo para que assim seja.



É NECESSÁRIO QUE CADA UM EXERÇA OS SEUS DIREITOS

A par da luta coletiva, é preciso não esquecer o exercício dos direitos individuais. Assim, há que:

- Acionar os mecanismos legais para que seja pago o **subsídio de desemprego**;
- Requerer na escola o pagamento de **compensação por caducidade** do contrato relativo a 2012/2013. O MEC tenta não o pagar, mas já foi condenado cerca de 300 vezes por isso. Há novas regras que vigoram desde janeiro deste ano, mas isso não invalida o pagamento referente ao período anterior (setembro a dezembro ou, mesmo, antes). Deve cada professor informar-se sobre a sua situação junto do respetivo Sindicato para não ser lesado nesse seu direito.

ESTÁ CRIADO UM NOVO E GRAVE PROBLEMA COM A IMPOSIÇÃO, PELO MEC, DA REALIZAÇÃO DA PROVA DE ACESSO À PROFISSÃO DOCENTE

O MEC, que é composto pelos partidos que, na oposição, consideraram esta prova injusta, quer agora impô-la como requisito para exercer a profissão docente. Aliás, um requisito de legalidade duvidosa, visto a Lei de Bases do Sistema Educativo apenas exigir o requisito habilitacional. É fácil perceber que o MEC pretende, com esta prova, afastar milhares de docentes da profissão e, assim, parecer que baixa o número de professores desempregados. Pretende ainda criar uma situação de pressão e controlo permanentes sobre os professores e uma situação de suspeição geral em relação a eles que facilitaria os ataques de que têm sido alvo.

Para a FENPROF, esta prova é inaceitável. Se o MEC desconfia da qualidade da formação de professores que atue junto das instituições que a fazem; se desconfia do modelo de avaliação de desempenho que tenha a coragem de aprovar outro que obedeça a uma matriz formativa; se desconfia das decisões das direções das escolas quando renovam os contratos dos professores, que altere o regime de renovações... O que não pode é ignorar tudo isso e impor uma prova para acesso à profissão a realizar por docentes que já a ela acederam há muitos anos e aí têm prestado contas do trabalho realizado.

Há um regime de dispensas de realização da prova que vigora desde 24 de junho de 2010 e que abrange a grande maioria dos professores. A FENPROF exorta os professores por ele abrangido a recorrerem aos tribunais, caso o MEC os queira obrigar a realizarem esta prova.